
Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

Iº trimestre 2018

D
A
4
13

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados

2. Indicadores Económico-Financeiros

3. Indicadores Comerciais

4. Investimentos

D
A
F
B

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1.º Trimestre 2018

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	
Venda de subproduto	mEur	9	-	-	-	9	-	▲
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	20 566	-	-	-	20 566	-	▲
Rend. Construção (IFRIC 12)	mEur	669	-	-	-	669	-	▼
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-3 913	-	-	-	-3 913	-	▼
Volume de Negócios	mEur	17 330	-	-	-	17 330	-	▼
Custo das vendas/variação inventários	mEur	1 067	-	-	-	1 067	-	▼
Margem Bruta	mEur	16 263	-	-	-	16 263	-	▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	6 291	-	-	-	6 291	-	▼
Gastos com pessoal	mEur	2 880	-	-	-	2 880	-	▲
Amortizações	mEur	4 945	-	-	-	4 945	-	▼
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	-	-	-	0	-	=
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	192	-	-	-	192	-	▲
Subsídios ao Investimento	mEur	1 184	-	-	-	1 184	-	▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	127	-	-	-	127	-	▲
Resultados Operacionais	mEur	3 266	-	-	-	3 266	-	▼
Gastos Financeiros	mEur	2 059	-	-	-	2 059	-	▼
Rendimentos Financeiros	mEur	299	-	-	-	299	-	▲
Resultados Financeiros	mEur	-1 760	-	-	-	-1 760	-	▲
Resultados Antes de imposto	mEur	1 506	-	-	-	1 506	-	▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	138	-	-	-	138	-	▼
Resultado Líquido do Exercício	mEur	1 369	-	-	-	1 369	-	▼

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ¹	mEur	7 180	-	-	-	7 180	-	3 774
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ¹	mEur	10 940	-	-	-	10 940	-	7 859
Margem EBITDA (ajustado) ¹	%	53,2%	-	-	-	53%	-	39%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ¹	%	134%	-	-	-	134%	-	226%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

- Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, em que foi constituída a sociedade Águas do Tejo Atlântico (Tejo Atlântico), por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, (Vale do Tejo), foi estabelecido que a data de efeitos contabilísticos e fiscais retroagiu a 1 de janeiro de 2017.

- As operações efetuadas pela Vale do Tejo, com referência à exploração e gestão do sistema entre 1 de janeiro de 2017 e a data de entrada em vigor do referido diploma legal, acrescido do período de transição operacional previsto no artigo 61º, determinaram que a Tejo Atlântico iniciasse a atividade de forma autónoma a 1 de julho de 2017.

A migração das contas do primeiro semestre de 2017, foi por isso efetuada no segundo semestre, levando a que a Tejo Atlântico não disponha de fechos contabilísticos dos meses de janeiro a junho desse ano, motivo pelo qual não se apresentam valores no período homólogo.

- Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 1º trimestre de 2018, constante do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), para o triénio 2018-2020, submetido à Tutela em 19/10/2017.

- Por despacho de 27/02/2018, do Ministério das Finanças, a aprovação do referido PAO foi indeferida, por este não incorporar a melhor estimativa, por falta de dados reais na extrapolação de valores. Refira-se que à data da sua apresentação, a Tejo Atlântico ainda não dispunha de dados históricos para o efeito, devido ao processo de cisão.



RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (RL)

1,4 M€

O Resultado Líquido (RL) do exercício ascende a 1,4 milhões de euros, o que corresponde á remuneração acionista garantida do capital investido, apurada com base na média diária da taxa de OT a 10 anos (1,89%), acrescida três pontos percentuais.

- De acordo com os termos contratuais, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) é determinado pelo apuramento do montante que é necessário acrescentar aos resultados da empresa para que o Resultado Líquido corresponda à remuneração acionista devida, assumindo-se que os gastos subjacentes são eficientes.

A Tejo Atlântico apurou neste trimestre um resultado superior ao necessário para garantir a remuneração acionista, registando por isso um desvio superavitário de 3,9 milhões de euros.

O resultado alcançado no período, sem o efeito do DRG foi de 4,2 milhões de euros, conforme se demonstra no quadro:

Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		1º Trim 2018
Resultado Líquido sem desvio (RL)	mEur	4 236,5
Remuneração Acionista (RA)	mEur	1 368,8
Desvio de Recuperação de Gastos Líquido	DRGI = (RA) - (RL)	-2 867,8
Taxa de imposto	Taxa	26,72%
Desvio de Recuperação de Gastos Bruto	DRGb= DRGI/(1-tx)	-3 913,4

Comparativamente ao orçamentado tem-se em março de 2018 uma taxa média de OT menor que a prevista (3,10%), o que contribui para a variação do RL. Já no que respeita à variação do DRG, a diferença é bastante significativa, pois em orçamento estimou-se um desvio deficitário, essencialmente devido a um nível de gastos operacionais superiores aos incorridos.

É de salientar que o PAO foi efetuado com base no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), porque à data da sua elaboração não estavam disponíveis dados históricos reais para servirem de base à elaboração da melhor estimativa, conforme já referido.

VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)

17,3 M€

Prestação de serviços	20,6 M€
Rendimentos da Construção (IFRIC 12)	0,6 M€
Desvio de Recuperação de Gastos	(3,9) M€

- O Volume de Negócios totalizou 17,3 milhões de euros, que incluem 20,6 milhões de euros de prestação de serviços, 0,6 milhões de euros de rendimentos da construção provenientes do custo das vendas, e a redução de 3,9 milhões do desvio (superavit) de recuperação de gastos.

A Prestação de Serviços apresenta uma variação de apenas 1% face ao orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, designadamente o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

No que respeita ao rédito (IFRIC12), a variação face ao orçamento é inerente à variação do investimento realizado vs previsto, uma vez que a empresa não tem margem com os serviços da construção.

GASTOS OPERACIONAIS (GO)

14,7 M€

- Os Gastos Operacionais (GO) sem o efeito da IFRIC12, ascendem a 14,7 milhões de euros, donde resulta para o orçamento (17,7 Meur) um desvio favorável de 17%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e o Custo das Vendas são os gastos que contribuem mais significativamente para a formação dos GO.

A orçamentação com base no EVEF está na base destes desvios favoráveis, que também se traduzem numa evolução positiva do EBITDA.

- O custo das vendas registado foi de 0,4 milhões de euros, sem o efeito da IFRIC 12. Comparativamente ao valor orçamentado temos um desvio favorável de 60%.

- Os Fornecimentos e Serviços Externos têm uma realização de 6,3 milhões de euros, cifrando-se em cerca de 29% abaixo do valor orçamentado.

- Os Gastos com Pessoal ascendem a 2,9 milhões de euros, apresentando uma realização 6,5% acima do orçamentado. Considerando que em exercício de orçamento foram capitalizados 0,4 milhões de euros, no ano, apura-se um desvio na ordem dos 3%, resultante do comparativo do proporcional com o real a março.

- As amortizações são de 4,9 milhões de euros apresentando um desvio favorável de 3%, face ao orçamentado.

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

1,2 M€

- O subsídio ao investimento reconhecido apresenta um desvio favorável na ordem dos 17% face ao orçamentado.

RESULTADO FINANCEIRO

(1,8) M€

- O resultado financeiro é negativo em 1,8 milhões de euros. Para a sua formação contribuíram 0,3 milhões de euros de ganhos e 2,1 milhões de gastos, na sua maioria decorrentes de juros de empréstimos BEI.

Comparativamente ao previsto em orçamento o resultado apresenta um desvio positivo de cerca de 11%, essencialmente devido à obtenção de menores gastos e maiores rendimentos no trimestre.



2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

1.º Trimestre 2018

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	565 860	-	-	-	565 860	-	533 210 ▲
Ativo intangível	mEur	460 833	-	-	-	460 833	-	464 356 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	192	-	-	-	192	-	932 ▼
Desvios de recuperação gastos	mEur	37 062	-	-	-	37 062	-	33 799 ▲
Fundo reconstituição capital	mEur	11 289	-	-	-	11 289	-	11 288 =
Impostos diferidos ativos	mEur	54 635	-	-	-	54 635	-	20 235 ▲
Cientes e outros ativos não correntes	mEur	1 849	-	-	-	1 849	-	2 600 ▼
Ativos correntes	mEur	101 530	-	-	-	101 530	-	130 069 ▼
Cientes	mEur	21 171	-	-	-	21 171	-	19 532 ▲
Disponibilidades	mEur	46 047	-	-	-	46 047	-	110 269 ▼
Outros ativos correntes	mEur	34 312	-	-	-	34 312	-	268 ▲
Total do Ativo	mEur	667 390	-	-	-	667 390	-	663 279 ▲
Capital Social	mEur	113 528	-	-	-	113 528	-	113 528 =
Ações próprias	mEur	- 6 458	-	-	-	- 6 458	-	0 ▼
Reservas e outros ajustamentos	mEur	344	-	-	-	344	-	31 185 ▼
Resultados transitados	mEur	372	-	-	-	372	-	2 720 ▼
Resultado líquido	mEur	1 369	-	-	-	1 369	-	1 769 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	109 154	-	-	-	109 154	-	149 202 ▼
Passivos não Correntes	mEur	520 305	-	-	-	520 305	-	492 215 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	229 785	-	-	-	229 785	-	231 470 ▼
Subsídios ao investimento	mEur	138 126	-	-	-	138 126	-	118 176 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	123 462	-	-	-	123 462	-	107 634 ▲
Outros passivos não correntes	mEur	28 932	-	-	-	28 932	-	34 936 ▼
Passivos Correntes	mEur	37 932	-	-	-	37 932	-	21 862 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	8 414	-	-	-	8 414	-	8 149 ▲
Outros passivos correntes	mEur	29 518	-	-	-	29 518	-	13 713 ▲
Total do Passivo	mEur	558 237	-	-	-	558 237	-	514 077 ▲
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	667 390	-	-	-	667 390	-	663 279 ▲

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Capital Empregue	mEur	307 977	-	-	-	307 977	-	355 914
Autonomia Financeira	%	16%	-	-	-	16%	-	22%
Liquidez Geral	n.º	2,7	-	-	-	2,7	-	5,9
Solvabilidade	n.º	0,2	-	-	-	0,2	-	0,3
Fundo de Maneio	mEur	63 599	-	-	-	63 599	-	108 207
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue	%	2,3%	-	-	-	2,3%	-	1,1%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	1,3%	-	-	-	1,3%	-	1,2%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,2%	-	-	-	0,2%	-	0,3%

Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

- O Ativo total atinge os 667,4 milhões de euros, representando o ativo intangível 460,8 milhões de euros.

- O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 37,1 milhões de euros.

- A dívida corrente de Clientes ascende a 25,6 milhões de euros dos quais 23,4 milhões de euros são relativos a clientes municipais.

- Em Clientes de mlp estão registados 1,8 milhões de euros relativos ao acordo celebrado com o Município da Nazaré.

- Os outros ativos correntes no total de 34,3 milhões de euros são compostos por Devedores Diversos, Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros) e por Empréstimos Concedidos. A variação face ao valor orçamentado resulta essencialmente do empréstimo concedido à Holding, que a março ascende a 30,5 milhões de euros.

- Em 16 de março de 2018 realizou-se a Assembleia Geral anual de aprovação de contas, que aprovou por unanimidade as contas do exercício de 2017.

A deliberação da aplicação de resultados estabeleceu a constituição de Reserva Legal no valor de 0,3 milhões de euros e a distribuição de 6,5 milhões de euros em dividendos.

A posição do Capital Próprio apresenta a evolução das rubricas em conformidade, tendo-se em Resultados Transitados, o valor da dividendo associado às ações detidas pela Tejo Atlântico.



2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

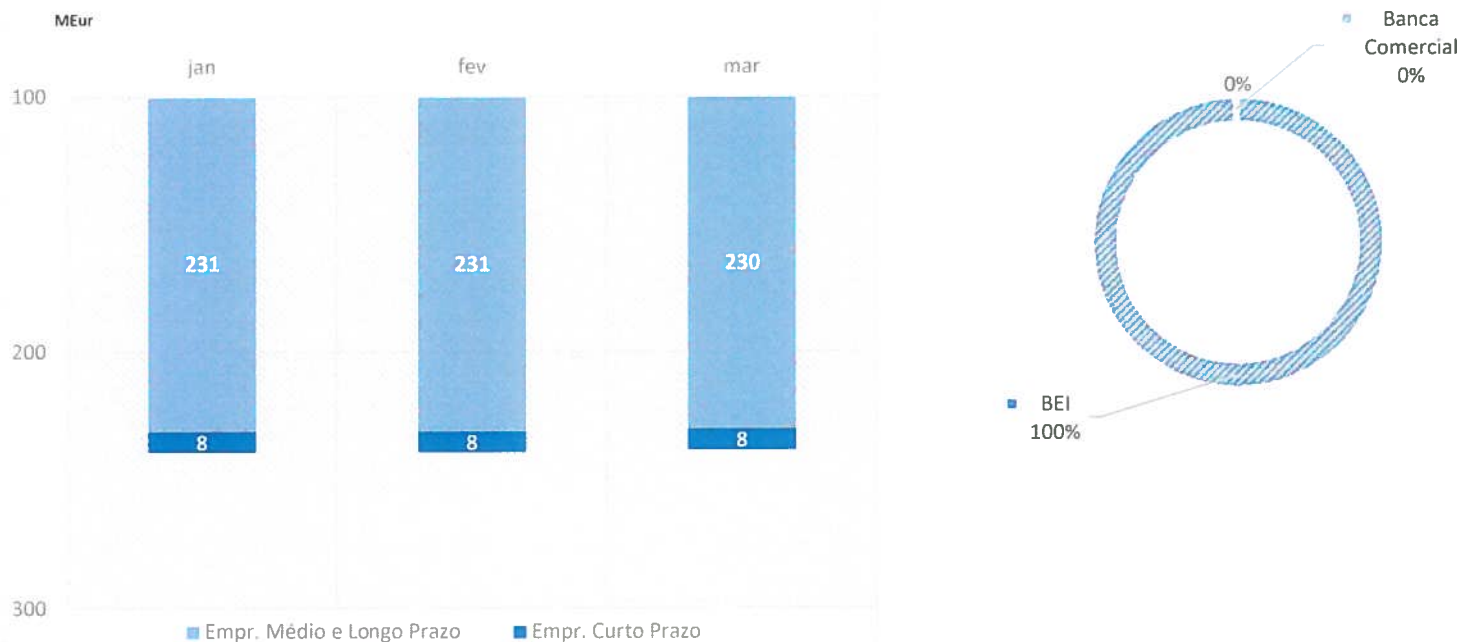
1.º Trimestre 2018

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	238 199	-	-	-	238 199	-	239 619
Médio e Longo Prazo	mEur	229 785	-	-	-	229 785	-	231 470
BEI	mEur	231 188	-	-	-	231 188	-	231 470
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 403	-	-	-	-1 403	-	0
Curto Prazo	mEur	8 414	-	-	-	8 414	-	8 149
BEI	mEur	8 414	-	-	-	8 414	-	8 149

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	238 199	-	-	-	238 199	-	239 619
Debt to equity	%	2,2	-	-	-	218%	-	1,6
Net Debt - Endividamento líquido ¹	mEur	150 363	-	-	-	150 363	-	118 062
Net Debt to EBITDA ¹	n.º	3,4	-	-	-	3,4	-	3,8
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	60	-	-	-	60	-	83
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	70	-	-	-	70	-	164

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

Endividamento



DÍVIDA FINANCEIRA **238,2 M€**

- O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No trimestre foram amortizados 1,1 milhões de euros de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO **150,4 M€**

- A formação do Endividamento Líquido engloba o valor dos empréstimos e o conjunto de disponibilidades existentes, onde se inclui o empréstimo concedido à Holding, que a março regista um total de 30,5 milhões de euros. A variação deste indicador (Net Debt) para o orçamentado, resulta essencialmente do nível de disponibilidades previstas ser superior às efetivas, já que o endividamento está alinhado.

(Handwritten signatures)

3. INDICADORES COMERCIAIS

I.º Trimestre 2018

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,6	-	-	-	45,6	-	45,3
Volume de atividade - saneamento	Mm³	45,6	-	-	-	45,6	-	45,3
Volume de Negócios³	mEur	20 575	-	-	-	20 575	-	20 350
Volume negócios - saneamento	mEur	20 575	-	-	-	20 575	-	20 350
Dívidas de Utilizadores								
Dívida total	mEur	25 612	-	-	-	25 612	-	19 532
Dívida vencida total	mEur	9 721	-	-	-	9 721	-	n.d.
Acordos de pagamento	mEur	2 682	-	-	-	2 682	-	n.d.
Injunções	mEur	3 684	-	-	-	3 684	-	n.d.

³ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 599	-	-	-	45 599	-	45 306
Sistema da Grande Lisboa	mm³	40 170	-	-	-	40 170	-	40 196
Sistema do Oeste	mm³	5 429	-	-	-	5 429	-	5 110
Total de efluentes faturados Outros	mm³	50	-	-	-	50	-	0
TOTAL	mm³	45 649	-	-	-	45 649	-	45 306

Dívidas de Utilizadores *		2018						
		Div. Total	Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	23 379	8 660	16 214	2 682	3 684	799	0

* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

23,4 ME

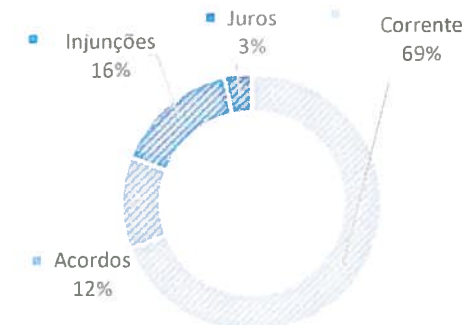
- A Dívida total dos utilizadores Municipais ascende a 23,4 milhões de euros, dos quais 8,7 milhões de euros são dívida vencida. Na dívida vencida os valores mais significativos são relativos aos Municípios de Torres Vedras, num total de 5,1 milhões de euros, dos quais 1,8 milhões de euros estão titulados.

ATIVIDADE

45,6 Mm³

- O caudal de água residual faturado foi de 45,6 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos taifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.



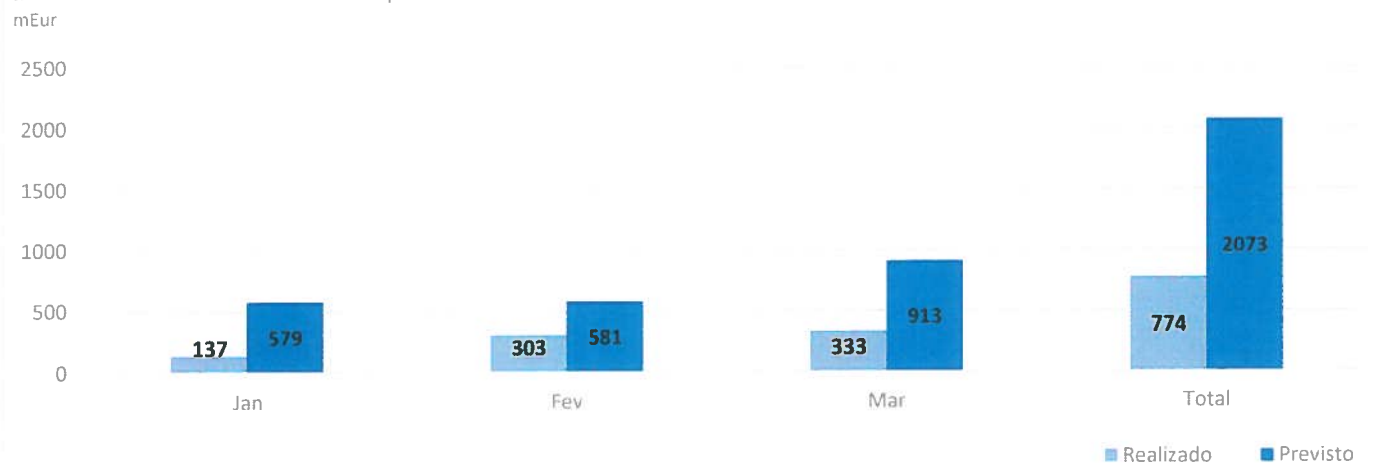
[Handwritten signatures]

4. INVESTIMENTOS

I.º Trimestre 2018

Investimento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2018	Per.homól.	Orçam.
Investimento	mEur	774	-	-	-	774	-	2 073
Saneamento	mEur	769	-	-	-	769	-	2 073
Estrutura	mEur	5	-	-	-	5	-	0

Investimento mensal: realizado vs previsto



INVESTIMENTO

0,8 ME

- A realização de investimento mantém-se ainda reduzida face ao orçamentado. A realização no trimestre decorre essencialmente das seguintes obras:

- Construção do emissário de A-do-Baço;
- Remodelação da ETAR da Maceira;
- Construção da Estação Elevatória da Carvoeira - Fase II;
- Melhorias de Proteção e Segurança na ETAR de Chelas;
- Execução de diversas reparações de construção civil;
- Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria;
- Reabilitação do emissário da Castelhana no troço entre a A5 e o intercetor geral.



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A (AdTA), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do primeiro trimestre de 2018 (doravante designado por REO 1T 18), aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2018.
2. O REO 1T 18 em análise pelo Conselho Fiscal, apresenta-se com o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2018 aprovado em Conselho de Administração de 12 de outubro de 2017 e submetido no SIRIEF no dia 19 de outubro de 2017, e tendo em consideração a respetiva "Adenda" elaborada pela Comissão Executiva em 11 de janeiro de 2018. Este PAO tem as seguintes limitações:
 - foi elaborado com base no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), o qual inclui premissas que estão desatualizadas face à realidade atual da atividade da AdTA;
 - à data deste parecer, o PAO e a respetiva Adenda para o ano de 2018 ainda não se encontra aprovado pela Tutela, e;
 - não acomoda as alterações emitidas pelo DL/EO 2018_Decreto-lei 33_2018 de 15 de maio.

RESPONSABILIDADES

3. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea l) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSPÉ"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
4. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 1T 18 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do primeiro trimestre de 2018, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) e do contacto com a Administração e seus Serviços.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5. Resumidamente, o REO 1T 18, apresenta os seguintes desvios, entre os valores reais e os orçamentados para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração de Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

<i>Em mEuros</i>	1º trimestre de 2018 (Acumulado)				Desvio em mEuros
	Demonstração da Posição Financeira		PAO 2018		
	Real	%		%	
Ativo não corrente	565 860	85%	533 210	80%	32 650
Ativo corrente	101 530	15%	130 069	20%	(28 539)
Total do ativo	667 390	100%	663 279	100%	4 111
Capitais próprios	109 154	16%	149 202	22%	(40 048)
Passivo não corrente	520 305	78%	492 215	74%	28 090
Passivo corrente	37 931	6%	21 862	3%	16 069
Total do passivo	558 236	84%	514 077	78%	44 159
Total dos capitais próprios e passivo	667 390	100%	663 279	100%	4 111

ATIVO

Face ao ativo previsto, a posição financeira real da AdTA no primeiro trimestre de 2018, apresenta um desvio favorável de 4,1 milhões de euros. Neste desvio, predominam os seguintes factos:

<i>Em mEuros</i>	1º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros
	Real	PAO 2018	
Disponibilidades	46 047	110 269	(64 222)
Impostos diferidos ativos	54 635	20 235	34 400
Empréstimos concedidos	30 500	0	30 500
Ativo intangível	460 833	464 356	(3 523)
Desvio de recuperação de gastos	37 062	33 799	3 263
Outros	38 313	34 620	3 693
Total do ativo	667 390	663 279	4 111

Parte do desvio negativo ocorrido na rubrica "Disponibilidades", é explicado pelo desvio em sentido contrário apresentado na rubrica "Empréstimos Concedidos", sendo que este último, decorre de transações com a AdP SGPS, os quais não estavam previstos aquando da elaboração do PAO.

h.
Am

Adicionalmente, sabe-se que o EVEF apresenta diferenças substanciais para a posição financeira de abertura (01/01/2017), essencialmente porque teve por base alguns critérios e valores que não se vieram a concretizar na cisão, facto que explica o desvio na rubrica "Impostos diferidos ativos".

O ativo Intangível face ao previsto, apresenta um desvio negativo de 3,5 milhões de euros em virtude da existência de um menor investimento face ao previsto:

<i>Em mEuros</i>	1º trimestre de 2018 (Acumulado)		% de execução efetiva
	Real	PAO 2018	
Investimento			
Saneamento	769	2 073	37%
Estrutura	5	0	-
Total do passivo	774	2 073	37%

Assim, somente cerca de 37% do investimento previsto para o 1º trimestre de 2018, encontra-se executado.

O desvio de recuperação de gastos (déficit acumulado) encontra-se superior ao previsto, em cerca de 3,2 milhões de euros, apesar do reconhecimento na demonstração dos resultados do primeiro trimestre de 2018 apresentar um superavit de 3,9 milhões de euros.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Face ao capital próprio previsto, a posição financeira real da AdTA no primeiro trimestre de 2018, apresenta um desvio desfavorável de 40 milhões de euros. Neste desvio, predominam os seguintes factos:

<i>Em mEuros</i>	1º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros
	Real	PAO 2018	
Demonstração da Posição financeira			
Capital social	113 528	113 528	
Ações próprias	(6 459)	0	(6 459)
Reservas	344	31 185	(30 841)
Resultados transitados	372	2 720	(2 348)
Resultado líquido	1 369	1 769	(400)
Total dos capitais próprios	109 154	149 202	(40 048)

Como anteriormente referido, o EVEF/PAO 2018 apresenta diferenças substanciais para a posição financeira de abertura, pois fundamenta-se em determinados critérios e valores que não se vieram a concretizar na cisão – é o caso da rubrica “Reservas”, pois em EVEF/PAO2018 estão previstas, para além da “Reserva Legal” de 435 mil euros, aproximadamente, 30 milhões de euros de “Outras variações de capital próprio”, provenientes da abertura prevista, os quais em sede de execução real não se verificaram. Acresce que no real a março de 2018, existem “Ações Próprias”, as quais não foram previstas no EVEF/PAO 2018.

O resultado líquido do primeiro trimestre apresenta um desvio desfavorável de 400 mil euros pois a taxa de juro das OT a 10 anos real foi de 1,89% sendo a prevista em EVEF/PAO 2018 de 3,10%.

PASSIVO

Face ao passivo previsto, a posição financeira real da AdTA no primeiro trimestre de 2018, apresenta um desvio desfavorável de 44 milhões de euros. Neste desvio, predominam os seguintes factos (ordenado por valor absoluto dos desvios em mEuros):

<i>Em mEuros</i>	1º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros
	Real	PAO 2018	
Demonstração da Posição financeira			
Subsídios ao investimento (não corrente)	138 126	118 176	19 950
Acréscimos de Investimento Contratual (não corrente)	123 462	107 634	15 828
Financiamentos obtidos	238 199	239 619	(1 420)
Outros	58 450	48 648	9 802
Total do passivo	558 237	514 077	44 160

Os aumentos face ao previsto, nas rubricas “Subsídios ao investimento (não corrente)” e “Acréscimos de Investimento Contratual (não corrente)”, respetivamente, decorrem da diferença existente entre o caudal real e o estimado, pois ambas as rubricas estão condicionadas pelas taxas de amortização aplicadas aos investimentos em ativos intangíveis, sendo que as taxas de amortização neste modelo de concessão, são definidas com base nos caudais.

A rubrica “Financiamentos obtidos” encontra-se, aproximadamente, em linha com o previsto, contemplando a AdTA a exigibilidade não corrente, através de financiamentos do BEI.

Em termos de posição financeira, destaca-se ainda a variação dos rácios de autonomia financeira e de liquidez geral, os quais estão abaixo dos valores previstos em 6 e 3,2 pontos percentuais, respetivamente.

h.
Amc

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<i>Em mEuros</i>	1º trimestre de 2018 (Acumulado)		Desvio em mEuros	Desvio %
	Real	PAO 2018		
Demonstração dos resultados				
Venda de subprodutos	9		9	-
Prestação de serviços (saneamento)	20 566	20 350	216	1%
Serviços de construção (IFRIC 12) - rédito	669	2 073	(1 404)	-68%
Défice / (Superavit) tarifário	(3 913)	664	(4 577)	-689%
Volume de negócios	17 331	23 087	(5 756)	-25%
Custo das vendas / varia�o de inventário	(398)	(838)	440	-53%
Fornecimento e serviços externos	(6 291)	(8 824)	2 533	-29%
Serviços de constru�o (IFRIC 12) - gsto	(669)	(2 073)	1 404	-68%
Costos com pessoal	(2 880)	(2 692)	(188)	7%
Amortiza�es	(4 945)	(5 093)	148	-3%
Subsídios	1 184	1 008	176	17%
Outros (gastos)/rendimentos operacionais	(65)	(137)	72	-53%
Total dos gstos operacionais (GO)	(14 064)	(18 649)	4 585	-25%
Resultados operacionais	3 267	4 438	(1 171)	-26%
Resultados financeiros	(1 760)	(1 972)	212	-11%
Impostos	(138)	(697)	559	-80%
Resultado líquido do per�do	1 369	1 769	(400)	-23%
Volume de negócios corrigido	20 575	20 350	225	
GO corrigido/Volume de negócios corrigido	65,10%	81,45%	-16,35	p.p

O volume de negócios apresenta um desvio desfavorável de 5,7 milhões de euros face ao previsto, sendo que o volume real dos negócios corrigido/ajustado (excluindo o desvio de recupera o de gastos e a IFRIC 12) encontra-se em linha com o EVEF/PAO 2018 (real: 20,5 milhões de euros; previsto: 20,3 milhões de euros). Este facto somente   possível, pois em termos reais no primeiro trimestre de 2018, o "superavit" tarifário ascende a 3,9 milhões de euros, enquanto que, o orçamento apresenta um "déficit" tarifário de 664 mil euros.

O indicador dos "Gastos operacionais corrigido/Volume de negócios corrigido", apresenta-se favorável em cerca de 16 pontos percentuais face ao previsto.

Os Gastos com pessoal no montante de 2,8 milhões de euros, face ao orçamento, apresentam um aumento de 7%. Contudo, o EVEF/PAO 2018, inclui 100 mil euros de gastos com pessoal capitalizados no ativo intangível (facto que não ocorre nos valores reais), pelo que, deste facto decorre a seguinte reconciliação:

Descrição	Real	PAO 2018	Desvio %
Gastos com pessoal	(2 880)	(2 692)	7,0%
Capitalizados	-	(100)	-
Gastos com pessoal comparáveis	(2 880)	(2 792)	3,2%

Após reconciliação, verifica-se que os gastos com pessoal aumentaram efetivamente face ao EVEF/PAO 2018, mas somente em cerca de 3,2%.

O resultado líquido real do 1º trimestre de 2018 (1,4 milhões de euros), deve ser analisado considerando a seguinte reconciliação para um resultado líquido ajustado (4,2 milhões de euros):

Reconciliação do resultado líquido	Real	PAO 2018	Varição
Resultado líquido do 1º T de 2018	1 369	1 769	(400)
Desvio de recuperação de gastos (DRG)	3 913	(664)	4 577
Efeito do IRC s/DRG (Tx IRC: 26,72%)	(1 046)	177	(1 223)
Resultado líquido ajustado do 1º T de 2018	4 236	1 282	2 954

Após esta reconciliação, constata-se que face ao previsto, existe um desvio favorável de 2,9 milhões de euros, no resultado líquido do primeiro trimestre de 2018.

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018

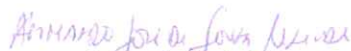
6. Com exceção do conteúdo das notas 6.1 a 6.8 abaixo e considerando as análises apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente aos desvios identificados, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, referente ao primeiro trimestre de 2018, findo em 31 de março, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data:

- 6.1 O PAO utilizado na análise orçamental deste REO teve como base o do EVEF, o qual inclui premissas que estão desatualizadas face à realidade atual da atividade da AdTA, além de que, os montantes da execução real do primeiro trimestre de 2018, encontram-se a ser comparados com o PAO de 2018 (mais concretamente com a “Adenda” elaborada pela Comissão Executiva em 11 de Janeiro de 2018), o qual ainda não se encontra aprovado pela Tutela. Acresce que este PAO não inclui as recentes alterações emitidas pelo DLEO 2018, aprovado pelo Decreto-lei 33/2018 de 15 de maio;
- 6.2 O EVEF apresenta diferenças substanciais para a posição financeira de abertura da AdTA (em 01/01/2017), essencialmente porque teve por base alguns critérios e valores que não se consubstanciaram no processo de cisão;
- 6.3 Nas nossas conclusões, não nos pronunciamos sobre a totalidade da evolução das orientações legais vigentes, pois não existe um capítulo com a sua divulgação e aprovação no REO 1T 18. Assim, entendemos que somente fará sentido monitorizar estas orientações após a sua formalização e aprovação em capítulo autónomo no referido REO;
- 6.4 A ERSAR em 29/03/2018, relativamente ao assunto do desvio de recuperação de gastos de 2017 (um superavit de 2,8 milhões de euros), respondeu ao contraditório da AdTA emitido em 14/03/2018, não concordando com o mesmo, tendo feito a correção para um superavit de 5,9 milhões de euros. As correções ao desvio de recuperação de gastos de 2017 não foram reconhecidas no trimestre, pelo que o REO 1T 18 não inclui qualquer correção decorrente desta decisão da ERSAR;
- 6.5 A ERSAR emitiu em 27/04/2018 um projeto de decisão sobre o Orçamento e Projeto Tarifário para o ano de 2018 (OPT 2018), o qual foi enviado pela AdTA em 02/10/2017. Neste projeto de decisão, a ERSAR divulga as métricas a utilizar para efeitos de determinação do Desvio de Recuperação de Gastos para 2018 (DRG 2018), as quais não são coincidentes com as métricas incluídas pela AdTA no período e consequentemente no REO 1T 18. Sobre esta matéria, a AdTA em 14/03/2018 e 22/03/2018, emitiu o contraditório e procedeu a esclarecimentos adicionais, respetivamente. A decisão final da ERSAR foi recebida em Junho de 2018, tendo a AdTA submetido novo contraditório em 31 de Julho de 2018, não existindo à data deste relatório qualquer resposta, facto que pode condicionar a aprovação dos valores do DRG utilizados no REO 1T 18;

h.
AM
Ara

- 6.6 Em 31 de março de 2018 (primeiro trimestre de 2018) não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução;
- 6.7 Tanto quanto sabemos o ROC da AdTA irá pronunciar-se sobre o REO 1T 18. Contudo até a esta data ainda não foi possível analisar o conteúdo deste documento pois ainda não foi disponibilizado junto do Conselho de Administração. Assim, as nossas conclusões, encontram-se condicionadas aos assuntos que venham a ser apresentados no documento do ROC, sobre os quais, não existe qualquer referência neste nosso relatório;
- 6.8 O Órgão de Gestão da AdTA deverá diligenciar para que futuramente as versões finais dos Relatórios de Execução Orçamental (REO) sejam submetidas de forma tempestiva junto do Conselho Fiscal, para emissão do respetivo parecer e, que sejam, atempadamente, submetidas em SIRIEF, conforme estipula a Lei.

Lisboa, 28 de dezembro de 2018


Armando José de Sousa

Resende
(Presidente)


Catarina Alexandra

Carvalho Fins
(Vogal)


Carlos Manuel Antunes

Bernardes
(Vogal)

Parecer do ROC relativo à execução orçamental no primeiro trimestre de 2018

Ao Conselho de Administração de
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão da informação financeira, incluída em Anexo, relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada pela Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por AdTA) de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidade do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação; (ii) o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas; e (iii) a preparação e submissão oportuna da informação requerida pela legislação aplicável.

Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da AdTA e emitir o presente relatório que descreve o trabalho efetuado, bem como as eventuais situações relevantes detetadas.

Âmbito

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Auditoria sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000). Para tal executámos os seguintes procedimentos:

- a. Acompanhamento da atividade da AdTA através de:
 - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da AdTA e leitura de atas, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consulta dos balancetes e restante informação financeira relativos ao período de três meses findo em 31 de março de 2018; e
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de três meses findo a 31 de março de 2018.
- b. Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de três meses findo em 31 de março de 2018, no que se refere aos seguintes aspetos:
 - Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo n.º 24 do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio;
 - Plano de contratação de trabalhadores previsto no artigo n.º 144 do Decreto-Lei n.º 33/2018;
 - Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no artigo n.º 145 do Decreto-Lei n.º 33/2018;
 - Limite de endividamento das empresas do sector empresarial do Estado no artigo n.º 146 do Decreto-Lei n.º 33/2018;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo n.º 135 da Lei n.º 144/2017
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro; e
 - Princípios de Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro.
- c. Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações / inspeções fiscais.

O trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da AdTA. Consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de auditoria.

Conclusão

Entendemos realçar as seguintes situações:

1. O Relatório de Execução Orçamental não apresenta valores comparativos do período homólogo, devido ao processo de Cisão que decorreu no exercício de 2017. No decorrer deste processo, apenas foram migradas a totalidade das contas durante o segundo semestre pelo que a AdTA não dispõe de fechos contabilísticos para a elaboração dos respetivos comparativos.
2. Os montantes relativos ao Volume de Negócios, no montante total de 17.330 milhares de euros a 31 de março de 2018, apresentam um desvio desfavorável face ao orçamento de cerca de 5,7 milhões de euros, influenciado fortemente pelo desvio de recuperação de gastos e pelo nível de investimento previsto no Orçamento para os primeiros três meses. As Prestações de Serviços encontram-se em linha com o Orçamentado uma vez que a Entidade se encontra a faturar de acordo com os “rendimentos tarifários” definidos em orçamento. No que respeita ao Desvio de Recuperação de Gastos, a variação face ao orçamentado deve-se ao facto da taxa média das Obrigações do Tesouro ser inferior ao previsto em orçamento, assim como à variação favorável dos gastos operacionais face ao orçamentado.
3. No que concerne aos gastos operacionais, que totalizam 14.706 milhares de euros (excluindo o efeito dos custos referentes à IFRIC 12) a 31 de março de 2018, apresentam um desvio favorável face ao orçamento de cerca de 2,7 milhões de euros nos primeiros três meses de 2018. O desvio é justificado essencialmente pelo facto dos valores referidos em orçamento serem os definidos no EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira), o qual se encontra desajustado da realidade operacional da Entidade.
4. Os Resultados Financeiros ascendem a 1.760 milhares de euros negativos constituídos essencialmente pelos custos de financiamento do BEI, encontrando-se em linha com o orçamento.
5. Relativamente à Posição Financeira, os aspetos a salientar são os seguintes:
 - a. O Ativo intangível ascende a 460.833 milhares de euros evidenciando um valor próximo do nível orçamentado;
 - b. O Aumento da rubrica de Disponibilidades explicado pelo recebimento da prestação do empréstimo concedido à AdP no montante de 28 milhões de euros e pelo reembolso da parcela do fundo de reconstituição de capital social alocado à antiga empresa Águas do Oeste. Verifica-se uma redução do valor de Financiamentos Obtidos, decorrente da amortização de dívida realizada durante o trimestre, no montante de 1.115 milhares de euros;
 - c. Verifica-se que algumas rubricas não se apresentam comparáveis com o orçamento, uma vez que no âmbito do processo da cisão os saldos iniciais reais diferem dos que se havia estimado para efeitos de EVEF, o qual serviu de base ao Orçamento para o ano de 2018, nomeadamente nas rubricas de Disponibilidades, Impostos Diferidos Ativos, Outros Ativos Correntes e Capital Próprio.
6. Os valores apresentados na coluna de Orçamento no Relatório de Execução Trimestral respeitam ao Plano de Atividade e Orçamento de 2018 submetido à Tutela em 19 de outubro de 2017, o qual não obteve concordância por se encontrar desajustado à realidade da Entidade. A Entidade apresentou um novo plano para 2018 aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de agosto de 2018, e aprovado pela Tutela em 28 de dezembro de 2018.

7. A Entidade apresenta no Relatório de Execução Trimestral um detalhe do cumprimento dos requisitos das orientações legais estabelecidos pelo Decreto-Lei 33/2018. Uma vez que o Orçamento não se encontra ajustado à realidade da Entidade e não são apresentados comparativos referentes ao exercício de 2017, consideramos não ser possível aferir com exatidão o grau de cumprimento das orientações legais estabelecidas pelo Decreto-Lei 33/2018.

Lisboa, 1 de fevereiro de 2019

O Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Anexo I - Demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Demonstração da posição financeira		31.03.2018
Ativos não correntes		
Ativos intangíveis	mEur	460 833
Ativos fixos tangíveis	mEur	192
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	mEur	37 062
Fundo reconstrução capital	mEur	11 289
Impostos diferidos ativos	mEur	54 635
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	1 849
Total dos ativos não correntes	mEur	565 860
Ativos correntes		
Clientes	mEur	21 171
Disponibilidades	mEur	46 047
Outros ativos correntes	mEur	34 312
Total dos ativos correntes	mEur	101 530
Total do ativo	mEur	667 390
Capital próprio dos accionistas maioritários		
Capital social	mEur	113 528
Acções Próprias	mEur	-6 458
Reservas e outros ajustamentos	mEur	344
Resultados transitados	mEur	372
Resultado líquido do exercício	mEur	1 369
Total do capital próprio	mEur	109 155
Passivos não correntes		
Financiamentos obtidos	mEur	229 785
Subsídios ao investimento	mEur	138 126
Acréscimos de custos do investimento contratual	mEur	123 462
Outros passivos não correntes	mEur	28 932
	mEur	0
Total dos passivos não correntes	mEur	520 305
Passivos correntes		
Financiamentos obtidos	mEur	8 414
Outros passivos correntes	mEur	29 518
Total dos passivos correntes	mEur	37 932
Total do passivo	mEur	558 237
Total do passivo e do capital próprio	mEur	667 390

Demonstração dos resultados		31.03.2018
Venda de subproduto	mEur	9
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	20 566
Rend. Construção (IFRIC12)	mEur	669
Desvio de Recuperação de gastos	mEur	-3 913
Volume de Negócios	mEur	17 332
Custo das vendas / variação de inventário	mEur	-1 067
Margem Bruta	mEur	16 264
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-6 291
Gastos com pessoal	mEur	-2 880
Amortizações	mEur	-4 945
Provisões e perdas por imparidade (inclui reversões)	mEur	0
Outros gastos e perdas operacionais	mEur	-192
Subsídios ao Investimentos	mEur	1 184
Outros rendimentos e ganhos operacionais	mEur	127
Resultados operacionais	mEur	3 266
Gastos financeiros	mEur	-2 059
Rendimentos financeiros	mEur	299
Resultados financeiros	mEur	-1 760
Resultados antes de impostos	mEur	1 506
Imposto sobre o rendimento	mEur	-138
Resultado Líquido do Exercício	mEur	1 369

